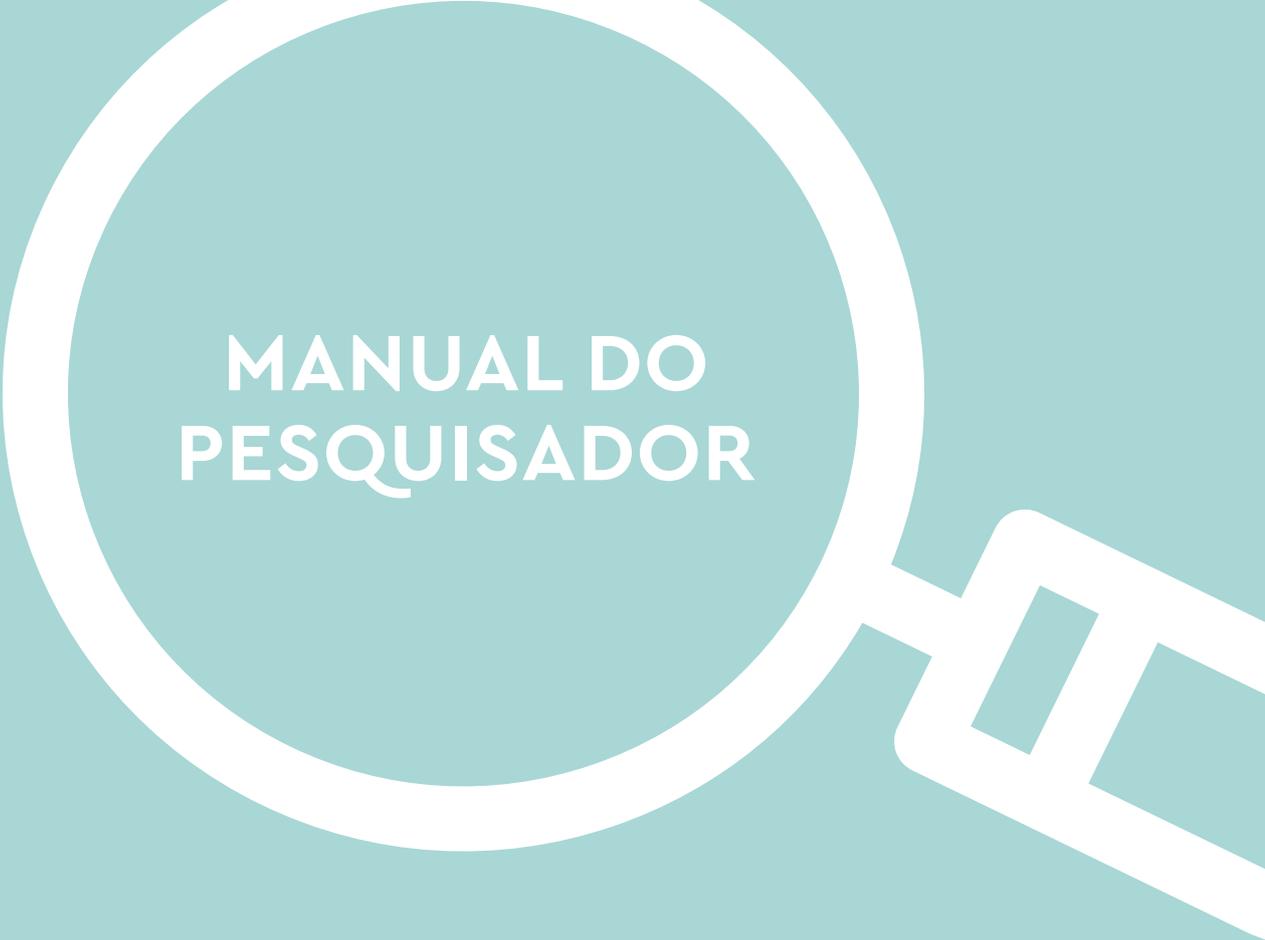




**MANUAL DO
PESQUISADOR**

**PLANO
PROGREDIR**



**MANUAL DO
PESQUISADOR**



**PLANO
PROGREDIR**

GOVERNO FEDERAL

2018 – MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS)

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO (SAGI)

SECRETARIA DE INCLUSÃO SOCIAL E PRODUTIVA (SISP)

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO
DO DESENVOLVIMENTO HUMANO (SNPDH)

SECRETARIA NACIONAL DE RENDA DE CIDADANIA (SENARC)

MANUAL DO PESQUISADOR – CADASTRO ÚNICO PARA
PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

CONTEUDISTAS

PLANO PROGREDIR: ADRIELY SANTIAGO DE TOLEDO,
ALESSANDRA XAVIER NUNES, CAROLINA MACHADO
FLEURY CURADO, CLÁUDIA QUEIROZ DE CASTRO,
EDUARDO DALBOSCO, ELLEN PATRÍCIA OLIVEIRA
MARTINS, JAMES THEODORO DA SILVA, JOYCE PAOLA
TEIXEIRA SOBRINHO, LARA RODRIGUES FERREIRA
MONTENEGRO DE ARAÚJO, MARCELO SABÓIA, MARINA
SILVESTRE DE ALENCAR SOUSA, RODRIGO ZERBONE
LOUREIRO, ROGÉRIO SCHMIDT CAMPOS, RONALDO
NÓBREGA MEDEIROS

APOIO TÉCNICO

MURILO DAVI LORDELLO, OTAVIO LUIZ DE ARAUJO,
ROBERTA PELELLA MELEGA CORTIZO, RONALDO SOUZA
DA SILVA

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

VICTOR GOMES DE LIMA

1ª EDIÇÃO | JULHO/2018

É PERMITIDA A REPRODUÇÃO TOTAL OU PARCIAL, DESDE QUE
CITADA A FONTE.

DISTRIBUIÇÕES E INFORMAÇÕES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO A, 3º ANDAR, SALA 307
CEP: 70054-906 – BRASÍLIA/DF
ENDEREÇO ELETRÔNICO: WWW.MDS.GOV.BR
CORREIOS ELETRÔNICOS: SAGI@MDS.GOV.BR

PLANO PROGREDIR

SUMÁRIO

- 07** APRESENTAÇÃO DO PLANO PROGREDIR
- 09** CAPÍTULO 1 – O PLANO PROGREDIR
- 21** CAPÍTULO 2 – ESTRATÉGIAS DE OPERACIONALIZAÇÃO DO PLANO PROGREDIR



**APRESENTAÇÃO
DO PLANO
PROGREDIR**

Nos anos 2000, o crescimento econômico expressivo de diversos países de renda média e baixa propiciou aumento de gastos em programas sociais destinados a reduzir a pobreza e a desigualdade. Muitos desses programas, como as transferências condicionadas de renda, surgiram com o objetivo de quebrar o ciclo intergeracional da pobreza, investindo na formação de capital humano das crianças de famílias mais pobres.

A experiência demonstrou, contudo, que uma porção significativa das famílias beneficiárias das políticas de transferência condicionada de renda não lograva oportunidades de emancipação econômica e social. Isso levou a uma onda de intervenções inovadoras de políticas sociais que vinculam programas e pacotes integrados de serviços que, além do apoio à renda familiar, também agregam qualificação técnica e profissional aos demais membros da família, incentivo ao empreendedorismo, intermediação de mão de obra (IMO) e acesso a serviços básicos. Com o objetivo de gerar emprego e renda, além de promover a autonomia de famílias de baixa renda, especialmente as inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), o Governo Federal lançou, em setembro de 2017, o Plano Progredir.

A principal característica do Plano é a intersetorialidade governamental, garantida pela convergência de esforços do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) com os ministérios da Educação, do Trabalho, da Indústria, Comércio Exterior e Serviços e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que compõem o Grupo Gestor do Plano.

O Progredir enfrenta os desafios da inclusão produtiva com o uso combinado de uma articulação de parceiros públicos e privados e um sistema de informação que promove a cooperação de todos os atores envolvidos, de policy makers a beneficiários. Com o aprendizado de políticas já desenvolvidas e a busca pela inovação e resolutividade das políticas públicas, o Progredir busca trazer mais efetividade para a inclusão produtiva do público de baixa renda. Pela estratégia proposta, o Plano materializa o compromisso do Brasil com quatro Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), atuando diretamente no combate à pobreza, na erradicação das desigualdades sociais, na promoção de trabalho decente e na educação de qualidade.

Apesar de sua recente criação, o Progredir já apresenta resultados bastante expressivos em suas ações: em outubro de 2018, já contava com mais de 43 mil usuários ativos, 23 mil currículos cadastrados em seu portal, disponibilização – naquele mês – de quase 13 mil vagas de emprego e oferta de mais de 1 milhão de vagas em 1.175 cursos de qualificação profissional – nas modalidades presencial e educação a distância (EAD). Outro dado importante é que, entre setembro de 2017 e maio de 2018, foram ofertados pelas 17 instituições financeiras que operacionalizam microcrédito (um dos eixos do Plano Progredir) R\$ 3,35 bilhões ao público do CadÚnico (público-alvo do programa), com a realização de mais de 1,1 milhão de operações, sendo 66% desse valor ofertado a beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

Esta publicação foi desenvolvida com o objetivo de apresentar as características, a legislação e as estratégias de operacionalização e gestão do Plano Progredir, disponibilizando base didática para pesquisadores envolvidos com o tema da inclusão social e produtiva no Brasil.



CAPÍTULO 1

O Plano Progredir

A compreensão de que a política de inclusão produtiva tem o papel de impulsionar a inserção dos mais pobres no mercado de trabalho e criar mecanismos de geração de renda para essas pessoas é crucial no processo de planejamento e implementação das ações voltadas para esse fim.

Mudanças institucionais no Governo Federal e o esgotamento parcial das metas institucionais da antiga Secretaria Extraordinária para Superação da Extrema Pobreza (SESEP) levaram o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) a reestruturar as ações de inclusão produtiva voltadas à emancipação econômica das famílias de baixa renda. Para isso, foi criada a Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (SISP), que representou um marco institucional ao ser concebida exclusivamente para desenvolver os diferentes aspectos do eixo de inclusão produtiva, com ações articuladas e intersetoriais de promoção e ampliação das oportunidades inclusivas e do protagonismo social das famílias de baixa renda.

Para viabilizar o trabalho organizado pela SISP, o Governo Federal lançou, em setembro de 2017, o Plano Progredir – um plano de ações para gerar emprego e renda e promover a autonomia das pessoas inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), ou seja, brasileiros com renda per capita de até meio salário mínimo.

O Progredir representa mais um passo em direção à consolidação das políticas de desenvolvimento social. Compreende a articulação de vários atores e políticas públicas, visando desencadear dinâmicas favoráveis ao desenvolvimento inclusivo. O plano almeja contribuir para a redução das desigualdades e diversas vulnerabilidades que existem atualmente, tendo em vista a transformação das condições de vida das gerações futuras, contribuindo para romper o ciclo de reprodução da pobreza, em atendimento à Agenda Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) 2030¹ e aos preceitos constitucionais do país.

Assim, o objetivo principal do Plano Progredir é reduzir a pobreza e as desigualdades sociais por meio da inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade social.

O Progredir é formado por um conjunto de ações intersetoriais, com apoio federativo e da sociedade civil, capazes de gerar incentivos à ampliação da renda oriunda do trabalho para as famílias em condição de pobreza inscritas no CadÚnico para Programas Sociais do Governo Federal, priorizando os beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF).

O foco das ações é fomentar e desenvolver capacidades, bem como incentivar e facilitar diversas modalidades de envolvimento de trabalhadores e empreendedores pobres em oportunidades que ampliem e fortaleçam sua inserção e permanência no mundo do trabalho.

¹ Mais informações em <<http://www.agenda2030.com.br/>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

O Plano Progridir tem os seguintes objetivos específicos:

- estimular e ampliar o acesso de pessoas incluídas no CadÚnico ao mundo do trabalho e propiciar melhores condições de emprego e renda;
- articular e coordenar a oferta de serviços para a inclusão produtiva, de forma a aproximar os trabalhadores e empreendedores pobres e o mundo do trabalho por meio de ações de intermediação de mão de obra (IMO), qualificação profissional e empreendedorismo;
- incentivar ações municipais e estaduais de inclusão produtiva; e
- incentivar ações de órgãos e entidades públicas e instituições privadas que promovam a inclusão do público-alvo no mundo do trabalho.

DIRETRIZES DO PROGREDIR

As principais diretrizes que fundamentam essa política pública de inclusão produtiva são:

- promover a articulação intersetorial, interfederativa e intrafederativa, com ênfase na cooperação entre os entes e parceiros, visando o desenvolvimento social;
- incentivar a integração de políticas públicas e projetos em execução nos territórios;
- ativar parcerias e arranjos colaborativos com órgãos do Governo Federal e instituições privadas, sociais e públicas;
- estabelecer conexões entre famílias e oportunidades de inclusão.

Alguns conceitos

Para efeito do Plano Progridir, considera-se:

- pobreza: a situação vivida por todos aqueles cujos rendimentos são iguais ou inferiores à linha administrativa de pobreza do MDS (famílias com renda mensal per capita entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00)²;
- extrema pobreza: a situação vivida por aqueles cuja renda é igual ou inferior à linha que estabelece esse parâmetro (famílias com renda mensal per capita igual ou inferior a R\$ 89,00);

² Valores estabelecidos conforme Decreto nº 9.396, de 30 de maio de 2018.

- vulnerabilidade: a situação vivida por todos aqueles que sofrem as privações que compõem a pobreza multidimensional. São os que, mesmo que consigam ultrapassar a linha da pobreza, vivem em situação de elevada volatilidade de renda, estando continuamente sujeitos a perdas que os levam para baixo da linha de pobreza.

AS CINCO DIMENSÕES DO PLANO PROGREDIR

O Progredir se apoia em cinco dimensões interligadas, relacionadas principalmente com oportunidades, desenvolvimento de capacidades e mobilização de parcerias públicas e privadas (Figura 1). Cada dimensão orienta as ações para a constituição de parcerias estabelecidas pelo MDS na promoção da intersectorialidade da política de inclusão.

Figura 1 – Dimensões do Plano Progredir



Fonte: Elaboração SISP.

GARANTIA DE RENDA

A garantia de renda no MDS é composta pelo PBF e outros programas de transferência de renda e assistenciais, como o Benefício de Prestação Continuada (BPC). As transferências de renda, como no caso do PBF, asseguram que as famílias em situação de pobreza superem tal condição, atendendo a todos cuja renda esteja abaixo da linha de pobreza. Já o BPC é um benefício assistencial, com previsão constitucional, de importância para a garantia de vida digna a idosos acima de 65 anos e pessoas com deficiência incapacitante para a vida independente e o trabalho, que não possuem condições de prover o próprio sustento, nem de tê-lo provido por suas famílias. O BPC proporciona maior grau de autonomia e melhoria das condições de vida dessas pessoas.

PARCERIAS PÚBLICAS E PRIVADAS

As parcerias públicas e privadas focam no desenvolvimento sustentável com inclusão social, criando e aproveitando as oportunidades existentes por meio do compartilhamento de ações e projetos de realização local ou regional. Consistem na articulação dos vários atores governamentais, sociais e empresariais, visando desencadear dinâmicas capazes de induzir alternativas favoráveis ao desenvolvimento inclusivo, o que implica o mapeamento dos ativos das famílias e localidades, dos arranjos produtivos pré-existentes e potenciais, de possibilidades de microcrédito orientado para a produção, de oferta e criação de novos produtos e serviços, de organização em cooperativas e de oportunidades de empregos e negócios por meio do estímulo ao empreendedorismo individual e coletivo, dentre outros. Busca-se criar sinergia para a criação de novas vagas ocupacionais, com inclusão produtiva e social da população pobre e vulnerável.

EMPREENDEDORISMO

O empreendedorismo procura localizar, incentivar e desenvolver capacidades e habilidades da população-alvo, de modo a potencializar suas capacidades de inovação e fazer negócios, prestar serviços ou atuar por conta própria na oferta de conhecimento, atividades criativas, solidárias ou empresariais e geradoras de renda. Focalizar a população do CadÚnico e aproximá-la da rede ofertante compõe uma estratégia do Progredir.

ACESSO A POLÍTICAS E SERVIÇOS SOCIAIS

O acesso a políticas e serviços sociais visa garantir o acesso da população de baixa renda a direitos e políticas públicas, além de incentivar o combate às várias barreiras de inclusão social que enfrentam, seja pela ausência de equipamentos, inadequação ou inexistência de serviços.

INCLUSÃO PRODUTIVA

A inclusão produtiva consiste em um conjunto de iniciativas destinadas a incentivar e facilitar diversas modalidades de envolvimento dos trabalhadores e empreendedores em situação de pobreza em oportunidades que ampliem e fortaleçam sua inserção e permanência no mundo do trabalho. O objetivo é ampliar a parcela da renda familiar oriunda do trabalho, de modo que as transferências de renda tenham gradativamente menor proporção na renda familiar total, até o ponto em que as próximas gerações não mais estejam em condição de pobreza.

Essa dimensão abrange políticas de promoção do trabalho, do emprego, do cooperativismo, do associativismo e do empreendedorismo (individual ou coletivo). Pauta-se pela ampliação do acesso desse segmento a políticas ativas de trabalho decente, emprego e renda

pela adaptação dessas políticas às necessidades e peculiaridades do público de baixa renda e pela expansão de sua cobertura a regiões de-sassistidas e com concentração de população em extrema pobreza.

As principais políticas que compõem esse elemento compreendem:

- qualificação profissional;
- serviços de orientação profissional, oferta de emprego e colocação no mercado de trabalho formal (IMO);
- fomento e assistência técnica a empreendedores urbanos;
- microcrédito produtivo orientado;
- acesso às tecnologias sociais;
- preparação para o mundo do trabalho;
- apoio à formalização dos microempreendedores individuais.

É importante frisar que a opção do Plano ProgreDir é de complementaridade entre os programas de transferência de renda e as políticas de desenvolvimento social. A transferência de renda possibilita previsibilidade mínima para o orçamento familiar. Já a inclusão produtiva tem por objetivo fomentar o incremento da renda oriunda do trabalho, bem como o protagonismo e autonomia das famílias em situação de vulnerabilidade.

As ações e iniciativas de inclusão social e produtiva baseiam-se no diagnóstico de que famílias e indivíduos em situação de pobreza enfrentam restrições para acessar o mundo do trabalho e, quando o fazem, geralmente se submetem à égide da baixa produtividade e precarização. Tratam-se, majoritariamente, de desempregados rentistas, empregados informais, trabalhadores por conta própria e autônomos, que possuem longa jornada de trabalho associada a baixa remuneração, períodos longos de desocupação, renda inconstante e ausência de cobertura da seguridade social. Essa característica da trajetória ocupacional das populações em situação de pobreza gera significativa assimetria entre a taxa de formalização dos indivíduos extremamente pobres e o grupo de maior renda.

A proposta de articulação das oportunidades deverá considerar a dinâmica local, as especificidades regionais e as necessidades específicas do público, em suas diversas configurações sociais e culturais apresentadas: jovens, mulheres, adultos com baixa escolarização, indígenas e povos e comunidades tradicionais, entre outros.

EIXOS DE ATUAÇÃO DO PLANO PROGREDIR

Foram criados três eixos de atuação no Plano ProgreDir. Esses eixos dialogam afirmativamente com o objetivo da inclusão produtiva e

visam ampliar oportunidades de empregabilidade e ocupação laborativa do público elegível.

- **Qualificação profissional** – mapeamento e encaminhamento do público para os cursos de capacitação profissional, desenvolvimento de habilidades socioemocionais e orientações para acesso a telecentros de inclusão digital; estabelecimento de parcerias com instituições públicas e privadas para oferta de cursos de qualificação, por EAD e ensino presencial, com aderência às demandas de habilidades e conhecimentos requeridos pelo mundo do trabalho; ampliação da inclusão de jovens do CadÚnico em programas de estágio profissional e de aprendizagem;
- **empreendedorismo** – incentivo para acesso ao microcrédito, cursos e oficinas de educação financeira, apoio técnico para fomento ao empreendedorismo individual e coletivo; e
- **intermediação de mão de obra** – encaminhamento para o mundo de trabalho por meio de um banco de oportunidades para IMO, articulada com o Sistema Nacional de Emprego (Sine) e outros sistemas, de maneira a reduzir as assimetrias de informação; ampliação da empregabilidade e inclusão produtiva; construção de uma rede de mobilização social entre o setor público e privado, que amplie a oferta de vagas para a população do CadÚnico.

Figura 2 – Eixos do Plano ProgreDir



Fonte: Elaboração SAGI/SISP.

A principal inovação do Plano ProgreDir é a articulação e coordenação de ações de inclusão produtiva por meio da Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social, grupo de instituições públicas e privadas que atuam com o MDS na oferta de oportunidades de emprego, qualificação profissional e empreendedorismo para famílias de baixa renda.

No contexto do setor produtivo, a Rede de Parceiros permite minimizar a assimetria de informação no processo de mapeamento da demanda do mercado de trabalho, integrando a intermediação de mão de obra à qualificação profissional por meio da interação direta entre empresas (empregador), trabalhadores de baixa renda, gestores públicos e instituições de ensino.

As ações do Progredir priorizam os mais vulneráveis, ou seja, as pessoas inscritas no CadÚnico. Estima-se que, no universo do Cadastro, aproximadamente 25% das pessoas compõem a população economicamente ativa e, portanto, são os potenciais trabalhadores a quem a política se destina.

INTEGRAÇÃO ENTRE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E INTERMEDIÇÃO DE MÃO DE OBRA

Por muitos anos, a qualificação profissional teve protagonismo nas políticas de inclusão produtiva no Brasil, de forma pouco integrada com outras ações desse tema.

O principal programa brasileiro de qualificação profissional – o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pro-
natec) – reuniu um conjunto de iniciativas que contribuíram para a expansão da oferta gratuita de cursos técnicos. Porém, avaliações realizadas sobre o impacto do programa³ evidenciaram a fragilidade do processo de mapeamento de demanda dos cursos ofertados. Os órgãos demandantes eram responsáveis por identificar os cursos que deveriam ser ofertados, sendo que cada um tinha autonomia para definir sua estratégia de construção do mapa de demanda. O MDS recebia os mapas de demanda dos gestores locais a partir de um diagnóstico que não necessariamente considerava a dinâmica do mercado de trabalho, tampouco levava em conta aspectos temporais, de fluxo de novas tecnologias e de novos empreendimentos. Nesse desenho, não foi possível garantir o devido alinhamento entre a oferta de cursos e a demanda do setor produtivo, comprometendo a eficácia do programa.

Outro modelo do Pronatec, desenvolvido em parceria com o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), buscou sanar esses problemas de forma inovadora. A característica distintiva da metodologia empregada no Pronatec do MDIC – o chamado Supertec – é a consulta direta às empresas sobre suas demandas de capacitação. Por esse motivo, é dito que o Supertec é orientado pela demanda. Em razão dessa particularidade, o Supertec é um caso especialmente interessante para a investigação dos mecanismos que medem os efeitos do programa. O’Connell et al. (2017) se dedicaram a avaliar o impacto dessa vertente do Pronatec sobre emprego e salários. A conclusão dos autores é de que o Pronatec-MDIC aumenta a probabilidade de emprego nos doze meses seguintes ao término do curso, ao passo em que os cursos ofer-

³ O’Connell et al. (2017), Relatório do Ministério da Fazenda do Brasil (2015) e Relatório do Tribunal de Contas da União (2016).

tados por meio de outras modalidades do Pronatec – isto é, fora do modelo orientado pela demanda – tiveram efeito desprezível sobre esse indicador. A partir da avaliação e constatação dos benefícios do modelo Supertec, o Progridir buscou promover maior interação entre o setor privado (empregador), gestores públicos e os próprios beneficiários do programa.

O PRONATEC

O Pronatec foi criado pelo Governo Federal em 2011, por meio da Lei nº 12.513, com a finalidade de ampliar a oferta de cursos de Educação Profissional e Tecnológica (EPT), por meio de programas, projetos e ações de assistência técnica e financeira.



São seus objetivos específicos:

- a expansão das redes federal e estaduais de EPT;
- a ampliação da oferta de cursos a distância;
- a ampliação do acesso gratuito a cursos de EPT em instituições públicas e privadas;
- a ampliação das oportunidades de capacitação para trabalhadores de forma articulada com as políticas de geração de trabalho, emprego e renda; e
- a difusão de recursos pedagógicos para a EPT.

Fonte: Brasil (2012).

A partir dessa experiência, o Plano Progridir coordenou as habilidades de cada parceiro do Grupo Gestor para aprimorar o desenho do Pronatec e integrá-lo à intermediação de mão de obra.

- MDIC: elaboração do mapa de demanda por meio de um sistema informacional alimentado continuamente pelas empresas;
- Ministério da Educação (MEC): oferta de cursos profissionalizantes a partir da demanda do MDIC;
- MDS: encaminhamento do público de baixa renda para as oportunidades de qualificação profissional;
- MDS/MDIC: articulação para contratação dos participantes dos cursos de qualificação na Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social.

INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO PLANO PROGREDIR

O Progredir inova no desenho de política de qualificação profissional ao integrar a formação dos trabalhadores à intermediação de mão de obra, envolvendo os agentes públicos e privados na otimização do mapeamento de demandas do mercado empregador e elaboração de cursos com currículos mais aderentes às necessidades das empresas, com a finalidade de encaminhar esses trabalhadores ao mercado de trabalho.

Nos estudos realizados sobre o Supertec, constatou-se que uma barreira importante para o acesso e manutenção no mercado de trabalho do público de baixa renda está associada ao déficit de habilidades socioemocionais. Para enfrentar essa adversidade, o MDS articulou com o MDIC a suplementação da carga horária dos cursos de qualificação, com inserção de componentes para o desenvolvimento dessas habilidades.

Nessa mesma linha, o MDS prevê oficinas de preparação para o mundo do trabalho no âmbito do Programa de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho)⁴. O programa é parceiro-chave do Progredir e atua especificamente na preparação para o mundo do trabalho e no acompanhamento da trajetória profissional das famílias de baixa renda. Até o final de 2018, 435 mil pessoas de baixa renda participarão das atividades em 1.100 municípios.

Em plataforma digital, o Progredir conta com ações de inclusão digital, destinadas ao mapeamento e encaminhamento de jovens do Programa Bolsa Família para cursos de programação, objetivando estimular e ampliar o acesso ao mundo do trabalho. Além de inclusão digital, até outubro de 2018, 1.175 cursos de qualificação profissional em EAD já foram disponibilizados para o público do Progredir, com mais de 1 milhão de alunos inscritos.

Por fim, considerando a importância de ações de educação financeira para as famílias mais pobres, o MDS lançou o Programa Futuro na Mão⁵, a fim de levar oficinas a mais de 200 mil mulheres beneficiárias do Bolsa Família, sendo essa a maior ação dessa natureza no mundo. Para construí-la, foi desenvolvido um programa-piloto e uma avaliação de impacto com as beneficiárias. Os resultados foram extremamente positivos: o valor médio da poupança das beneficiárias que frequentaram as oficinas do Futuro na Mão dobrou, além de haver outros efeitos sensíveis na economia familiar. Vale a pena destacar que todos os cursos e oficinas ofertados no âmbito do Progredir são gratuitos, inclusive quando realizados por parceiros privados.

4 da integração ao mundo do trabalho. A iniciativa faz parte de um conjunto de ações de articulação de políticas públicas e mobilização, encaminhamento e acompanhamento de pessoas em situação de vulnerabilidade e/ou risco social para acesso a oportunidades afeitas ao trabalho e emprego.

As ações de inclusão produtiva compreendem a qualificação técnico-profissional, a intermediação pública de mão de obra, o apoio ao microempreendedor individual e à economia solidária, o acesso a direitos sociais relativos ao trabalho (formalização do trabalho) e a articulação com comerciantes e empresários locais para mapeamento e fomento de oportunidades, entre outros.

5 Mais informações poderão ser obtidas no *Caderno de Estudos nº 30: Desenvolvimento Social em Debate*, no artigo "Entrevista: Futuro na Mão: educação financeira para beneficiárias do Bolsa Família", disponível em <<https://bit.ly/2NbWrYj>>. Acesso em: 9 nov. 2018

O desafio de promover o empreendedorismo para famílias de baixa renda

A fim de incrementar os empreendimentos das famílias de baixa renda, o Progredir desenvolveu iniciativas para estimular o microcrédito produtivo orientado, com alterações normativas que beneficiaram o público inscrito no CadÚnico. A primeira iniciativa foi a articulação do MDS com outros entes do Governo Federal para a mudança da norma do Conselho Monetário Nacional, de modo a criar incentivo regulatório aos bancos na concessão de microcrédito ao público inscrito no CadÚnico. O resultado desse esforço foi a publicação da Resolução CMN nº 4.574/2017.

A segunda iniciativa do Progredir foi articular com o Banco Central e os Ministérios da Fazenda, do Planejamento e do Trabalho uma mudança legislativa⁶ a fim de simplificar e modernizar a concessão do microcrédito, com flexibilização da assistência técnica, diversificação da rede de parceiros ofertantes e consequente redução do custo das operações.

Além desses aperfeiçoamentos regulatórios, o Progredir trabalha a focalização do público por meio da identificação dos microempreendedores inscritos no CadÚnico que manifestam interesse pelo microcrédito. Com essa informação, o Progredir aproxima os ofertantes de microcrédito do público do CadÚnico, reduzindo o custo de prospecção e aumentando o volume de operações contratadas.

De setembro/2017 a maio/2018, foram ofertados ao público do CadÚnico R\$ 3,35 bilhões em microcrédito, sendo 66% desse montante destinado ao público do Bolsa Família – os brasileiros mais pobres dentro do CadÚnico. Esses resultados superaram as expectativas das metas iniciais estabelecidas pelo Progredir, o que confirma a potencialidade do empreendedorismo como ferramenta de inclusão produtiva para as famílias do CadÚnico e o acerto do programa em articular um ambiente de convergência entre o sistema financeiro e de pagamentos com o público-alvo.

⁶ Por meio da Medida Provisória 802/2017, transformada na Lei 13.636/2017, referente ao Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

LEGISLAÇÃO BÁSICA E ATOS NORMATIVOS

A seguir indicamos as principais legislações e atos normativos que orientam o Plano Progredir:

- Resolução CMN nº 4.000, de 25 de agosto de 2011, que dispõe sobre o direcionamento de depósitos à vista captados pelas instituições financeiras para operações de crédito destinadas à população de baixa renda e a microempreendedores;
- Resolução CMN nº 4.574, de 26 de maio de 2017, que altera a Resolução CMN nº 4.000/2011;
- Medida Provisória nº 802, de 26 de setembro de 2017, que institui a Política Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (convertida na Lei nº 13.636, de 20 de março de 2018);
- Decreto nº 9.160, de 26 de setembro de 2017, que institui o Plano Progredir;
- Decreto nº 9.161, de 26 de setembro de 2017, que regulamenta a Medida Provisória nº 802;
- Portaria nº 386, de 13 de setembro de 2017, que institui a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social (alterada pelas Portarias nº 490, de 28 de dezembro de 2017, e nº 1.321, de 26 de março de 2018);
- Chamada Pública nº 1/17, de 14 de setembro de 2017, para a Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social (reedições em 29 de dezembro de 2017 e 27 de março de 2018);
- Edital nº 01/2017, de 10 de novembro de 2017, que torna pública a primeira edição do Prêmio Progredir;
- Portaria nº 1.086, de 22 de março de 2018, que designa o Grupo Gestor do Plano Progredir;
- Portaria nº 1, de 21 de junho de 2018, que designa o Gestor da Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social.



CAPÍTULO 2

Estratégias de operacionalização do Plano Progredir

O Plano Progredir se materializa em um conjunto de ações destinadas a promover o desenvolvimento social sustentável, com o objetivo geral de reduzir a pobreza e as desigualdades sociais por meio da inclusão dos indivíduos em oportunidades de inclusão social e produtiva. Como afirmado anteriormente, o programa se destina às famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), com prioridade para aquelas que são beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF).

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014)⁷, a maioria dos municípios, em todas as Unidades da Federação, possui programas ou projetos de inclusão produtiva. Porém, verifica-se que nem todas essas ações estão articuladas ou voltadas ao público que se pretende atingir.

O Progredir tem por diretriz a integração das políticas públicas existentes, a fim de criar sinergia entre essas ações. A ideia é aproveitar tudo o que está em execução em termos de ações, recursos e redes construídas para promover a otimização do resultado final conjugado de todas elas.

Sua implementação envolve a combinação de adesão voluntária dos estados e municípios, fortalecimento do trabalho socioassistencial de preparação para o mundo do trabalho e parceria com organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), empresas e entidades representativas aderentes à proposta de mobilização social pela empregabilidade e inclusão produtiva.

O Governo Federal, por meio da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (SISP) do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), coordena as ações, presta apoio técnico, disponibiliza ferramentas, oferta capacitação para ações e realiza o monitoramento das ofertas e demandas.

Além das esferas de governo, participam do plano outros segmentos sociais e privados que aportam recursos, serviços, programas, projetos e equipamentos, visando a construção de parcerias para a oferta de oportunidades.

⁷ Mais informações em < https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/perfilmunic/inclusao_produtiva_2014/default.shtm/>. Acesso em: 9 nov. 2018.

O papel da Secretaria de Inclusão Social e Produtiva

A SISP oferta apoio técnico-operacional, por meio de equipes próprias ou parceiros designados para tal fim. O apoio técnico pode envolver elaboração de diagnósticos, identificação de obstáculos e oportunidades e confecção de instrumentos de monitoramento, de informação e gestão, entre outros.

A SISP se encarrega, ainda, de disponibilizar formação e capacitação para os atores envolvidos, utilizando a estrutura institucional e arranjos para identificar, mapear e planejar ações de inclusão social e produtiva. Além disso, a Secretaria também é responsável pela construção de instrumentos de gestão para a disseminação de ofertas, com disponibilização ampla e acessível de ferramentas de acesso às oportunidades inclusivas de cada eixo.

Articulação das políticas e ações

A SISP trabalha de forma intersetorial e colaborativa, a fim de instituir e fortalecer parcerias que integram o Plano Progridir. Dialoga com os serviços e programas da assistência social sob responsabilidade de outras pastas e as demais instituições, públicas e privadas, com atuação na área social. Essas parcerias já estão em andamento e os participantes podem ser beneficiados com essas ofertas.

A proposta não é substituir ou sobrepor as ações existentes. Pelo contrário, a diretriz é integrar ao Plano as ações em execução, a fim de potencializar seus efeitos como política de inclusão nacional.

INICIATIVAS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O MDS atua por meio de ações e programas geridos por suas secretarias de Inclusão Social e Produtiva (SISP), Nacional de Assistência Social (SNAS), Nacional de Renda de Cidadania (Senarc), Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sesan), Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano (SNPDH) e de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI).

Cabe à SISP o papel de coordenar a implementação dos programas e projetos do MDS no âmbito do Plano Progridir, além de monitorar e oferecer ferramentas de gestão, capacitação e assistência técnica aos participantes.

A integração das políticas e dos programas do próprio MDS é essencial para a potencialização das ações e racionalização dos recursos. Por isso, todas as Secretarias do MDS foram envolvidas com as diretrizes de articulação dos serviços de assistência social, garantia de renda, segurança alimentar e nutricional e desenvolvimento humano e da primeira infância, que atuarão de forma conjunta.

É importante ressaltar que o Plano Progredir atua de forma harmônica e complementar aos programas de garantia de renda, sejam eles federais ou locais. Considerando os riscos enfrentados por todos os beneficiários que estão em situação de pobreza ou que emergiram recentemente dessa situação, os programas de garantia de renda e suas regras, que assistem os beneficiários, são essenciais para ampará-los caso sua renda retorne ao patamar estabelecido para a entrada no Programa. Por exemplo: no PBF – coordenado pela Senarc/MDS – esses mecanismos são garantidos pelas regras de desligamento voluntário e retorno garantido, além da regra de permanência. Um esforço conjunto da SISP, SNAS e Senarc é realizado para a conscientização dessas regras, por meio da melhoria da comunicação entre beneficiários do PBF, profissionais da assistência, parceiros locais e órgãos de controle. Também nesse campo, ações de educação financeira para as famílias beneficiadas, como o **Programa Futuro na Mão**, estão sendo implementadas.

Sob outro prisma, o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) busca garantir proteção social a indivíduos, famílias e comunidade no enfrentamento de suas dificuldades, por meio de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais. O objetivo da parceria com as instâncias de controle social do SUAS e a SNAS é promover acesso às políticas sociais e ações dos Serviços Socioassistenciais e do **Programa Nacional de Promoção do Acesso ao Mundo do Trabalho (Acessuas Trabalho)**.

A rede de assistência social é responsável pela operação do CadÚnico – porta de entrada para o público-alvo das ações de acesso a serviços em nível municipal, com apoio dos estados. Ademais, os serviços da Assistência Social têm escala nacional e capilaridade, com alcance por meio de equipamentos e alocação de equipes volantes. Por isso, podem atuar como instâncias articuladoras para outros serviços, informando a população acerca de seus direitos e das políticas de educação, saúde, previdência; podem ainda encaminhar essas pessoas aos órgãos competentes, em parceria com os Agentes de Inclusão. Esses profissionais, atuando em conjunto, podem realizar importante trabalho de disseminação de informação às pessoas que acessam as políticas de assistência social, visto que, além de todas as vulnerabilidades a que são expostas, elas não raro são também carentes de informações sobre as oportunidades existentes.

De forma integrada com os Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), o programa Acessuas Trabalho foi repactuado e deve manter e ampliar a atuação com as famílias beneficiárias do PBF, de modo a despertar e/ou potencializar as competências, habilidades e atitudes necessárias para que conquistem sua autonomia. O Acessuas Trabalho desenvolve ações voltadas para a garantia do direito dos indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social para sua inclusão no mundo do trabalho por meio de identificação, sensibilização, desenvolvimento de habilidades, orientação, acesso a oportunidades e monitoramento do percurso do indivíduo nesse meio.

Por fim, os **mecanismos de avaliação** da SAGI colaboram para pesquisar e entender a regularidade e as possíveis disfunções no fluxo

de transformação de insumos em resultados, assim como garantem que as iniciativas, trajetórias e projetos-piloto sejam avaliados, tendo em vista sua expansão e aperfeiçoamento. A SAGI também contribui com a adaptação de ferramentas e sistemas de informação para a governança das ações de inclusão produtiva e disponibilização de conteúdos para a capacitação de atores e parceiros.

PROJETOS COM ÓRGÃOS FEDERAIS E INSTI-TUIÇÕES PARCEIRAS

Buscando reforçar as ações, estão sendo firmadas parcerias, protocolos de intenções e termos de descentralização orçamentária com órgãos do Governo Federal e empresas estatais e da iniciativa privada. Algumas dessas parcerias são:

- Pronatec – Mediotec – MEC
- Pronatec – formação inicial e continuada (FIC) – MEC
- Pronatec – educação a distância (EAD) – MEC/Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC)
- Aprendizagem (jovem aprendiz) – Ministério do Trabalho (MTE)/Confederação Nacional da Indústria (CNI)/Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)
- Senai/Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE)
- Intermediação de mão de obra – MTE
- Intermediação, qualificação profissional e aprendizagem socioemocional – MDIC
- Economia solidária – MTE
- Inclusão digital e inovação – MCTIC
- Tecnologias sociais e inclusão pelo conhecimento – MCTIC/ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
- Educação financeira – Conselho Monetário Nacional (CMN)/ Banco Central do Brasil (Bacen)/Ministério da Fazenda (MF)
- Empreendedorismo – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)/Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec)/ Instituto de Pesquisas em Tecnologia da Informação (IPTI)
- Microcrédito – MTE/Caixa Econômica Federal/Banco do Brasil (BB)/Banco do Nordeste (BNB)/Bacen/Programa Nacional do Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO)

PORTAL PROGREDIR

Alguns fatores têm contribuído para o sucesso das ações do Progridir. A opção por sistemas de informação para que as famílias de baixa renda acessem diretamente os serviços é uma estratégia inovadora, que proporciona mais autonomia aos beneficiários do Progridir. Para ampliar o alcance, facilitar o acesso às oportunidades e consolidar a governança das ações intersetoriais e federativas do Plano, bem como materializar a rede de parceiros, foi criado o Portal Progridir.

O Portal permite que as pessoas inscritas no CadÚnico se inscrevam diretamente em cursos de qualificação profissional, manifestem interesse pelo microcrédito, busquem vagas de emprego e até elaborem currículos para enviar às empresas da Rede.

Do ponto de vista dos parceiros da Rede, o Portal Progridir permite o cadastramento de vagas de emprego e cursos de qualificação profissional, além da prospecção de perfis de currículos cadastrados para entrevistas de emprego e concessão de microcrédito. Assim, o Portal é um grande hub de oportunidades de inclusão produtiva, multiplicando e compartilhando ofertas de qualificação, vagas de emprego e empreendedorismo. Desde o lançamento do Progridir, há uma média de 42 mil visitas mensais ao Portal, e esse número só tende a aumentar com as novas adesões à Rede que o programa tem recebido nos últimos tempos.

Figura 3 – Portal Progridir



Fonte: Portal Progridir.

Em linguagem de fácil acesso e disponível na rede mundial de computadores, o Portal tem os seguintes objetivos:

- disponibilizar ferramenta para a elaboração de currículos profissionais e padronizados;
- disponibilizar a localização de telecentros de inclusão digital para acesso aos cursos de qualificação profissional e ofertas do Plano;
- incentivar o acesso a microcrédito produtivo orientado para fortalecer o empreendedorismo;

- gerar um banco de oportunidades com vagas ocupacionais de empresas parceiras e acesso aos currículos de candidatos cadastrados;
- incentivar a inclusão digital de jovens e trabalhadores por meio de cursos gratuitos e on-line;
- preparar os beneficiários para o mundo do trabalho por meio de oficinas e cursos;
- promover a educação financeira das famílias do CadÚnico; e
- premiar e disseminar boas práticas municipais de inclusão social e produtiva.

O Portal pretende ser uma ferramenta dinâmica de diálogo com outras iniciativas de inclusão produtiva, inclusive com o Sistema Nacional de Emprego (Sine) e sistemas locais, alimentando um ambiente afirmativo de incentivo à empregabilidade, com busca ativa de empregos pelos trabalhadores, oferta de vagas dirigidas ao público do CadÚnico e articulação federativa com a iniciativa privada a fim de firmar parcerias pela inclusão social.

REDE DE PARCEIROS DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O Plano Progredir é uma estratégia aberta, que traz a oportunidade de participação de diversas formas e a experimentação de diversos arranjos. O MDS quer incentivar a adesão do maior número possível de parceiros e atores comprometidos com o tema e que estejam dispostos a assumir responsabilidades relativas à geração de incentivos e à ampliação da renda oriunda do trabalho para as famílias em situação de pobreza.

Uma inovação do Plano Progredir é a articulação e coordenação de ações de inclusão produtiva por meio da **Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social**, grupo de instituições públicas e privadas que atuam solidariamente com o MDS na oferta de oportunidades de emprego, qualificação profissional e empreendedorismo para as famílias de baixa renda.

No contexto do setor produtivo, a Rede de Parceiros permite minimizar a assimetria de informação no processo de mapeamento da demanda do mercado de trabalho, integrando a intermediação de mão de obra à qualificação profissional por meio da interação direta entre as empresas (empregador), os trabalhadores de baixa renda, os gestores públicos e as instituições de ensino.

A Rede foi instituída pela Portaria nº 386, de 13 de setembro de 2017, e tem como objetivos: direcionar oportunidades de emprego e renda para o público do CadÚnico; realizar atividades de qualificação profissional do público-alvo; promover eventos com vistas a fomentar a responsabilidade social, a sustentabilidade ambiental e as boas

práticas; sensibilizar profissionais da área de recursos humanos para atividades de combate a qualquer forma de discriminação no mundo do trabalho; e premiar iniciativas e atividades relevantes à inclusão social e produtiva.

Como ferramenta que proporciona a participação da sociedade no desenvolvimento social por meio de um ambiente conectado e interativo, os primeiros aprendizados orientaram o aperfeiçoamento da base legal da Rede por meio da Portaria nº 490, de 28 de dezembro de 2017, e da Portaria nº 1.321, de 26 de março de 2018. As novas normas simplificaram procedimentos de adesão e alargaram o leque de atividades desenvolvidas.

Com a legislação em vigor, a Rede passou a ter os seguintes objetivos:

- direcionar oportunidades de emprego e renda;
- oferecer qualificação profissional;
- oferecer aprendizagem ou estágio supervisionado;
- ampliar a oferta de serviços financeiros e pagamentos com finalidade produtiva;
- oferecer assistência técnica e gerencial para o empreendedorismo;
- colaborar na busca ativa de pessoas demandantes de inclusão produtiva;
- articular a adesão de novos integrantes da Rede;
- monitorar ações de inclusão produtiva para articulação entre os integrantes da Rede;
- promover eventos com vistas a:
 - a.** fomentar a responsabilidade social, a sustentabilidade ambiental e as boas práticas;
 - b.** sensibilizar atividades de combate a qualquer forma de discriminação no mundo do trabalho;
 - c.** premiar iniciativas e atividades relevantes de inclusão social e produtiva.

Em outubro de 2018, a Rede já contava com 379 parceiros representantes de todos os segmentos de setor produtivo privado: indústria, comércio, serviços e agricultura, além dos parceiros do setor público. Empresas empregadoras, entidades representativas ou associativas, ONGs e OSCIPs relacionadas ao mundo do trabalho, que tenham a voluntariedade de adotar as medidas previstas no Plano, sem transferência de recursos, podem também aderir à Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social.

Com essa adesão, os parceiros têm acesso a publicações, metodologias, ferramentas e conteúdo dos cursos de capacitação. Além disso, podem acompanhar as ações previstas em nível nacional, como o cadastramento de vagas ocupacionais, encaminhamento de currículos e demais opções.

A participação ativa na Rede permite a consolidação de uma ferramenta de gestão da política de inclusão produtiva dinâmica, interativa com seus atores e de ágil disponibilização das ofertas.

Os parceiros que entram na Rede assumem um compromisso de responsabilidade social, despendo-se dos preconceitos frequentes no Brasil acerca da capacidade das famílias de baixa renda de se integrarem ao mercado de trabalho. Dessa forma, o Progredir promove um círculo virtuoso, na medida em que acredita nas potencialidades dos seus beneficiários e compartilha esses valores com as centenas de parceiros da Rede.

O Progredir investe na integração de ações, articulação em rede, intersectorialidade e coordenação compartilhada entre os setores público e privado. Esses são alguns dos ingredientes que proporcionaram novo olhar para o desafio de gerar emprego e renda aos brasileiros que mais necessitam. Apesar de ser uma iniciativa muito recente, o Progredir já tem mostrado resultados promissores, que indicam que está no rumo certo. Promover oportunidades para um trabalho digno e sustentável, dando visibilidade a uma população historicamente excluída, a fim de contribuir para a emancipação dessas famílias: esse é o compromisso do Progredir.

SIMPLIFICAÇÃO DAS PARCERIAS

Para adesão ao Plano Progredir, os parceiros realizam um cadastro desburocratizado no Portal – www.mds.gov.br/progredir – em Rede de Parceiros.

A adesão à Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social é voluntária, não presencial e sem contrapartida financeira. A exigência em relação ao parceiro resume-se apenas à inserção dos dados da empresa/entidade no cadastro, o que envolve a validação das informações e o gerenciamento do que é ofertado pelo parceiro diretamente no Portal. Por ser uma plataforma on-line, todos os dados fornecidos são atualizados em tempo real. Esse modelo de trabalho, além de ser tendência mundial, possui a capacidade de crescer significativamente e atingir rapidamente os objetivos propostos.

O compartilhamento das bases de dados e a utilização direcionada das informações possibilitam aos usuários a identificação das oportunidades que se adequem às mais distintas realidades, proporcionando também o cruzamento das oportunidades e o mapeamento de perfis com as vagas ofertadas. Assim, quanto mais parceiros aderem ao Progredir, maior o envolvimento da sociedade em ações de inclusão social e produtiva da população brasileira que vive em situação de vulnerabilidade social.

O Plano Progredir visa estender sua rede de colaboração voluntária a todos os estados e municípios brasileiros, com o intuito de multiplicar a atuação e unificar as informações disponíveis que gerem emprego, renda, crédito, qualificação e oportunidades. Ou seja, a ideia central é identificar demandas específicas das famílias assistidas por programas sociais em cada município e oferecer emancipação por meio de oportunidades de trabalho e qualificação profissional, proporcionando uma vida mais digna, ao mesmo tempo em que fomenta a atividade produtiva e social. Para isso são disponibilizados no Portal cursos de capacitação, vagas de emprego, acesso às informações para obtenção de microcrédito e oportunidades para que as famílias possam empreender, qualificar-se e ingressar no mercado de trabalho.

Com o objetivo de racionalizar e otimizar o processo, a Rede de Parceiros foi dividida entre setor público e setor privado, de forma a contemplar todas as regiões do país e promover resultados com efetividade.

Os principais objetivos da participação do setor público na Rede de Parceiros são, especialmente, contribuir para a multiplicação do número de usuários, mobilizar e auxiliá-los a participar da comunidade de informações do Portal, inserir oportunidades – como cursos, oficinas e eventos – e administrar as informações para a gestão da política de assistência e inclusão produtiva.

A presença no território, implementando os serviços da rede socioassistencial, realizando políticas de inclusão produtiva ou proteção social, além da prerrogativa de operar o CadÚnico, permite ao gestor promover a busca ativa e a identificação do público-alvo do Plano, ampliando a comunidade participante.

Na Rede, os parceiros do setor público participam com a oferta de serviços de prospecção de público, prospecção de parceiros, vagas de emprego, estágios e qualificação. O Portal, pelas suas funcionalidades gerenciais, permite aos gestores públicos estaduais e municipais monitorarem as oportunidades disponíveis ao público e realizarem ações para o planejamento de políticas públicas em seu território, promovendo o desenvolvimento local.

A inclusão de gestores e entidades públicas foi realizada como aperfeiçoamento do Portal Progredir, buscando a plena integração dos parceiros federativos. Atualmente, o Progredir conta com a participação de prefeituras, secretarias municipais, fundos municipais, Centros de Referência da Assistência Social, órgãos e entidades públicas e todas as esferas. É inegável a relação multiplicadora entre a adesão de parceiros do setor público e a ampliação do número de usuários do Portal Progredir. Com a contribuição do setor público, especialmente dos vinculados ao sistema socioassistencial ou a secretarias de emprego e renda, o Portal já registra 43.337 usuários ativos (Portal Progredir acesso em 16/10/18).

ESTRATÉGIA DE GESTÃO

A articulação governamental no âmbito do Plano Progridir envolve a parceria do MDS com o MEC, o MDIC, o MTE e o MCTIC no fortalecimento de políticas intersetoriais de inclusão produtiva.

Esses órgãos, coordenados pelo MDS, integram o Grupo Gestor do Plano Progridir (GGPP), instância de gestão estabelecida pelo Decreto nº 9.160/2017, que possui as competências de promover a articulação e acompanhar e aperfeiçoar as ações de inclusão produtiva.

O Decreto também autoriza o convite para a participação nas reuniões do GGPP de representantes de órgãos e entidades públicas, inclusive dos Poderes Legislativo e Judiciário e do Ministério Público, de instituições privadas e de especialistas, a fim de contribuir com suas atividades.

Tanto a gestão da Rede de Parceiros do Desenvolvimento Social como a designação do GGPP estão sedimentados em atos normativos.

PRÊMIO PROGREDIR

O MDS instituiu uma premiação aos prefeitos (que são os gestores locais) a partir de 2017, com a finalidade de incentivar, identificar, reconhecer e valorizar iniciativas locais que promovam a implementação de ações dirigidas à inclusão produtiva e que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas em situação de pobreza.

A premiação permitiu dar visibilidade e disseminar soluções de impacto que foram exitosas, servindo de referência para governos que buscam o objetivo de superação da pobreza pelo fortalecimento de ações de inclusão social e produtiva.

A PREMIAÇÃO TEVE COMO OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

- I.** identificar e divulgar práticas municipais bem-sucedidas de geração de oportunidades e ampliação da renda oriunda do trabalho para as famílias em situação de pobreza;
- II.** reconhecer ações locais de desenvolvimento de capacidades das famílias em situação de pobreza, visando a inserção e permanência no mundo do trabalho, a fim de suscitar, reforçar ou sustentar sua autonomia socioeconômica;
- III.** disseminar iniciativas de desenvolvimento social que promovam inclusão social e produtiva no território, reconhecendo sua importância para a construção da cidadania e a superação da pobreza;
- IV.** valorizar o trabalho dos dirigentes e das equipes municipais por suas iniciativas de inclusão social e produtiva; e

- V. v) fortalecer iniciativas municipais de mapeamento de oportunidades e elaboração de agendas de inclusão social e produtiva de famílias em situação de pobreza.

O edital da primeira edição do Prêmio Progredir contou com a inscrição de cerca de 400 projetos locais de inclusão social e produtiva.

As iniciativas vencedoras da primeira edição do Prêmio Progredir são apresentadas nesta tabela:

Tabela 1 – Vencedores da primeira edição do Prêmio Progredir

PRÊMIO PROGREDIR – Vencedores
Ministério do Desenvolvimento Social
Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (SISP)
Região Nordeste
Aracaju/SE – Projeto Cultivando Cidadania
Região Norte
Boa Vista/RR – Projeto Crescer
Região Sul
Campo Largo/PR – Projeto Elos da Sustentabilidade
Região Centro-Oeste
Morrinhos/GO – Projeto Pró-Cidadão; Programa Menor Aprendiz
Região Sudeste
Viana/ES – Programa de Qualificação Profissional, Geração de Emprego e Renda para o Vienense (Gerar)

MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O Plano Progredir envolve um processo de avaliação permanente. Foram desenvolvidos, no Portal, dispositivos gerenciais que monitoram em tempo real a evolução de usuários, os cursos, as matrículas e as ofertas de intermediação, além das adesões à Rede de Parceiros. Essa cesta de indicadores permite ao Grupo Gestor e à SISP análise sistemática da evolução de metas e produção de resultados.

Além disso, a parceria com a SAGI permite reflexão e estudo de vários componentes do Plano, proporcionando workshops, publicações na série Caderno de Estudos: Desenvolvimento Social em Debate (BRASIL, 2017), além de eventos que possibilitam análise crítica e propositiva da ação da inclusão produtiva.

Em 2018, está sendo realizada, no âmbito da SAGI, uma pesquisa de avaliação de processo e resultados para mensurar a relevância da política de microcrédito para o desenvolvimento do público empreendedor de baixa renda por meio da coleta de impressões dos atores envolvidos no processo – tomadores de crédito, agentes de crédito e instituições financeiras.

Por último, o monitoramento do Progredir, desde seu lançamento, visa aperfeiçoar continuamente sua implementação, garantindo economicidade na execução, bem como efetividade, eficácia e eficiência das iniciativas de inclusão social e produtiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Pronatec. Ministério da Educação, Brasília, DF, 8 maio 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2bKqG43>>. Acesso em: 9 nov. 2018.

_____. Caderno de Estudos. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, DF, 6 jul. 2017. Disponível em: <<https://bit.ly/2zWPrGb>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

_____. Prêmio Progredir: vencedores. Ministério do Desenvolvimento Social, Brasília, DF, [201-]. Disponível em: <<https://bit.ly/2Dz-VQuR>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

CONNELL, S. D. et al. Can Business Input Improve the Effectiveness of Worker Training? Evidence from Brazil's PRONATEC-MDIC. Washington, DC: World Bank, 2017. (Policy Working Paper n. 8155).

